



Avaliação Externa das Escolas
Relatório de escola

Agrupamento de Escolas
de
Estarreja

Delegação Regional do Centro da IGE
Datas da visita: 21 a 23 de Fevereiro de 2011

I - INTRODUÇÃO

A Lei n.º 31/2002, de 20 de Dezembro, aprovou o sistema de avaliação dos estabelecimentos de educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário, definindo orientações gerais para a auto-avaliação e para a avaliação externa.

Após a realização de uma fase-piloto, da responsabilidade de um Grupo de Trabalho (Despacho Conjunto n.º 370/2006, de 3 de Maio), a Senhora Ministra da Educação incumbiu a Inspeção-Geral da Educação (IGE) de acolher e dar continuidade ao programa nacional de avaliação externa das escolas. Neste sentido, apoiando-se no modelo construído e na experiência adquirida durante a fase-piloto, a IGE está a desenvolver esta actividade, entretanto consignada como sua competência no Decreto Regulamentar n.º 81-B/2007, de 31 de Julho.

O presente relatório expressa os resultados da avaliação externa do Agrupamento de Escolas de Estarreja, na sequência da visita efectuada entre 21 e 23 de Fevereiro de 2011.

Os capítulos do relatório - *Caracterização do Agrupamento, Conclusões da Avaliação por Domínio, Avaliação por Factor e Considerações Finais* - decorrem da análise dos documentos fundamentais do Agrupamento, da sua apresentação e da realização de entrevistas em painel.

Espera-se que o processo de avaliação externa fomente a auto-avaliação e resulte numa oportunidade de melhoria para o Agrupamento, constituindo este relatório um instrumento de reflexão e de debate. De facto, ao identificar pontos fortes e pontos fracos, bem como oportunidades e constrangimentos, a avaliação externa oferece elementos para a construção ou o aperfeiçoamento de planos de melhoria e de desenvolvimento de cada escola, em articulação com a administração educativa e com a comunidade em que se insere.

A equipa de avaliação externa congratula-se com a atitude de colaboração demonstrada pelas pessoas com quem interagiu na preparação e no decurso da avaliação.

O texto integral deste relatório está disponível no sítio da IGE na área

Avaliação Externa das Escolas 2010-2011

ESCALA DE AVALIAÇÃO

Níveis de classificação dos cinco domínios

MUITO BOM - Predominam os pontos fortes, evidenciando uma regulação sistemática, com base em procedimentos explícitos, generalizados e eficazes. Apesar de alguns aspectos menos conseguidos, a organização mobiliza-se para o aperfeiçoamento contínuo e a sua acção tem proporcionado um impacto muito forte na melhoria dos resultados dos alunos.

BOM - A escola revela bastantes pontos fortes decorrentes de uma acção intencional e frequente, com base em procedimentos explícitos e eficazes. As actuações positivas são a norma, mas decorrem muitas vezes do empenho e da iniciativa individuais. As acções desenvolvidas têm proporcionado um impacto forte na melhoria dos resultados dos alunos.

SUFICIENTE - Os pontos fortes e os pontos fracos equilibram-se, revelando uma acção com alguns aspectos positivos, mas pouco explícita e sistemática. As acções de aperfeiçoamento são pouco consistentes ao longo do tempo e envolvem áreas limitadas da escola. No entanto, essas acções têm um impacto positivo na melhoria dos resultados dos alunos.

INSUFICIENTE - Os pontos fracos sobrepõem-se aos pontos fortes. A escola não demonstra uma prática coerente e não desenvolve suficientes acções positivas e coesas. A capacidade interna de melhoria é reduzida, podendo existir alguns aspectos positivos, mas pouco relevantes para o desempenho global. As acções desenvolvidas têm proporcionado um impacto limitado na melhoria dos resultados dos alunos.

II – CARACTERIZAÇÃO DO AGRUPAMENTO

O Agrupamento de Escolas de Estarreja localiza-se no concelho com o mesmo nome, distrito de Aveiro, sub-região do Baixo Vouga, num meio muito industrializado. Funciona desde 2003-2004, resultado da integração dos agrupamentos de escolas “horizontal” e “vertical”, sendo constituído por 10 jardins-de-infância, nove escolas do 1.º ciclo e pela Escola Básica dos 2.º e 3.º Ciclos Padre Donaciano de Abreu Freire (Escola-Sede), onde funciona a educação pré-escolar (uma sala) e os 1.º, 2.º e 3.º ciclos do ensino básico. A área de influência abrange cinco das sete freguesias do concelho: Beduído, Canelas, Fermelã, Salreu e Veiros. As instalações da Escola-Sede, constituídas por cinco blocos, a funcionarem desde 1999-2000, apresentam um bom estado de conservação e boas condições de habitabilidade, embora seja notória a insuficiência de espaços, tendo em conta o número de alunos e as necessidades do currículo, e a inexistência de espaços de recreio cobertos. As demais instalações da educação pré-escolar e do 1.º ciclo apresentam condições físicas satisfatórias e revelam-se suficientes, embora com limitações ao desenvolvimento de algumas actividades (p. ex., actividade física e desportiva, informática).

Está prevista a construção de novos espaços escolares, adjacentes à Escola-Sede, para a educação pré-escolar e o 1.º ciclo, diminuindo a dispersão geográfica e criando melhores condições de prestação do serviço educativo.

A população escolar é constituída por 1403 crianças e alunos, dos quais 240 da educação pré-escolar (11 grupos), 643 do 1.º ciclo (33 turmas), 381 do 2.º ciclo (17 turmas, incluindo uma de percursos curriculares alternativos - 16 alunos) e 139 do 3.º ciclo (sete turmas, onde se conta um curso de educação e formação tipo 2, nível II – Serviço de Mesa e Bar -, com 15 alunos).

Do total de crianças e alunos, 102 (7,2%) pertencem a minorias étnicas, 31 (2,2%) são oriundos de países terceiros e 58 (4,1%) têm necessidades educativas especiais.

Desde 2007-2008 que o Agrupamento integra a rede de agrupamentos de escolas de referência para a intervenção precoce na infância e, a partir do ano seguinte, constituiu-se como uma Unidade de Apoio Especializado para a Educação de Alunos com Multideficiência e Surdocegueira Congénita.

Dos recursos pedagógicos, destacam-se duas bibliotecas, integradas na Rede de Bibliotecas Escolares, duas salas de informática, uma sala de tecnologias de informação e comunicação e alguns quadros interactivos.

Beneficiam de auxílios económicos, no âmbito da Acção Social Escolar, 50,0% dos alunos, 31,1% dos quais inserem-se no escalão A e 18,9% no escalão B, ou seja, metade da população escolar, o que é revelador de assimetrias socioeconómicas.

De entre os pais e encarregados de educação cujas habilitações são conhecidas, 56,7% possui a escolaridade básica (13,9% o 1.º ciclo, 28,1% o 2.º ciclo e 14,7% o 3.º ciclo), 12,8% o ensino secundário e 8,0% formação superior. Em termos profissionais, exercem funções nos serviços (33,0%), no sector secundário (28,2%) e apenas um número reduzido no sector primário (1,7%), sendo que 37,1% são inactivos.

O serviço educativo é assegurado por 127 docentes, 16 educadores e 111 professores, caracterizando-se pela estabilidade e experiência profissional, pois 90,6% pertencem ao quadro (70,1% ao quadro do Agrupamento, 7,1% ao quadro de Agrupamento em mobilidade e 13,4% ao quadro de zona pedagógica), somente 9,4% são contratados, e cerca de 50,0% possui 20 ou mais anos de serviço. O pessoal não docente é constituído por 44 profissionais (36 assistentes operacionais e oito assistentes técnicos). Destes trabalhadores, 54,0% prestam funções em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado.

III – CONCLUSÕES DA AVALIAÇÃO POR DOMÍNIO

1. Resultados

SUFICIENTE

O Agrupamento conhece os resultados do sucesso académico, na avaliação interna e externa, elabora quadros com os resultados, permitindo análises comparativas, dando atenção especial às situações de insucesso, e organiza e implementa apoios educativos. Na educação pré-escolar existem registos de avaliação por criança/grupo, com informação sobre as aprendizagens, que se comunica aos pais e aos professores do 1.º ano.

Nos últimos três anos, as taxas de transição/conclusão do 1.º ciclo situaram-se no global abaixo das médias nacionais. Os resultados das provas de aferição foram inferiores aos nacionais em Língua Portuguesa e em Matemática, sendo que a qualidade do sucesso em ambas as disciplinas também ficou abaixo da nacional. A taxa de sucesso dos alunos do 2.º ano, com planos de recuperação, é muito insatisfatória. No 2.º ciclo, as taxas de transição/conclusão apresentaram oscilações, mas no global praticamente igualaram as nacionais. Os resultados das provas de aferição, considerando a média trienal, situaram-se abaixo dos nacionais, embora o desvio não seja significativo. A qualidade de sucesso nestas provas foi inferior à média nacional. Já no 3.º ciclo as taxas de transição/conclusão foram bastante positivas, posicionando-se claramente acima das nacionais. Nos exames nacionais do 9.º ano de Língua Portuguesa, o desempenho dos alunos revelou-se satisfatório, excepto no ano 2008-2009, o mesmo sucedendo na disciplina de Matemática, com excepção do ano 2009-2010, em que se verifica um acentuado decréscimo e se posiciona bastante abaixo da média nacional. A qualidade do sucesso nos exames nacionais foi inferior à nacional, na disciplina de Língua Portuguesa, e superior na de Matemática. A eficácia dos apoios às dificuldades de aprendizagem e às necessidades educativas especiais, tendo em conta as taxas de sucesso, foi pouco satisfatória. O valor da desistência e abandono escolar é residual.

Os alunos e o pessoal não docente são pouco envolvidos na preparação e participação nas decisões estratégicas (p. ex., elaboração dos documentos organizativos), embora sejam solicitados a manifestar opinião e a apresentar contributos e propostas. São promovidas algumas actividades e iniciativas, destinadas a promover a cidadania responsável e solidária.

A noção das regras e dos deveres é estimulada activamente, de forma directa e através da organização das actividades e do quotidiano escolar, desde a educação pré-escolar. Os níveis de indisciplina, sobretudo a perturbação das aulas, têm alguma expressão na Escola-Sede, dificultando o ambiente educativo e o sentido de pertença, situação que tem vindo a merecer dos responsáveis uma atenção particular.

Dá-se importância aos trabalhos dos alunos, promovendo exposições e a participação em determinadas actividades, e passou a distinguir-se o mérito escolar.

2. Prestação do serviço educativo

BOM

A articulação desenvolve-se sobretudo através das actividades de complemento e enriquecimento curricular, dos critérios e instrumentos de avaliação comuns, das reuniões de coordenação, de algum trabalho cooperativo, da comunicação da avaliação ao ano/ciclo seguinte, sendo insuficiente a articulação intra e interdepartamental e ao nível dos conteúdos e das competências. A valência de psicologia articula com docentes e pais, ao prestar apoio adequado nas vertentes de acompanhamento psicológico, avaliação técnico-pedagógica e competências sociais e cognitivas.

A confiança nas práticas lectivas e na avaliação decorre da maior ou menor consistência com que se gerem as planificações pedagógicas, partilha de materiais, a preparação das aulas, as avaliações comuns e a análise e monitorização dos resultados, não ocorrendo a supervisão pedagógica das práticas lectivas através da observação de aulas.

São identificadas as necessidades educativas especiais e as dificuldades de aprendizagem e asseguradas as medidas de apoio necessárias, de modo adequado, com a colaboração dos envolvidos. Está prevista a avaliação das medidas educativas através de uma ficha concebida para o efeito e avalia-se a eficácia das estratégias de diferenciação pedagógica em sede dos procedimentos comuns e adequados de avaliação, permitindo o acompanhamento e a monitorização da evolução das aprendizagens.

A oferta educativa de enriquecimento curricular é diversificada, oferecendo múltiplos contextos de aprendizagem com alargamento sobretudo às componentes práticas, culturais e sociais, dando resposta a alguns interesses dos alunos. Na mesma linha está a oferta educativa e formativa, ocorrendo porém sem a devida articulação com outras escolas e com as necessidades do meio, não sendo por isso evidente que responda de forma ajustada às expectativas dos alunos e às necessidades das famílias e da comunidade.

O desenvolvimento das actividades práticas e experimentais é assegurado a partir de procedimentos de enquadramento comuns, não estando exclusivamente dependentes das iniciativas dos docentes de forma isolada. Alguns projectos e várias actividades de enriquecimento curricular conferem maior abrangência ao currículo, valorizando múltiplas vertentes dos saberes.

3. Organização e gestão escolar

BOM

O Agrupamento definiu linhas de orientação da acção educativa, inscritas nos Projectos Educativo e Curricular e prevê, no Plano Anual de Actividades, um conjunto de iniciativas orientadas para a consecução dos objectivos delineados. A insuficiente articulação entre os documentos e a extensão que os caracteriza limitam a sua utilização enquanto instrumentos de trabalho.

O ano lectivo é planeado de forma adequada pela direcção com o apoio das estruturas de coordenação educativa e supervisão pedagógica e de instituições externas.

A gestão do pessoal docente obedece a critérios de natureza pedagógica, alguns deles inscritos nos documentos orientadores do Agrupamento. Na gestão do pessoal não docente são tidas em conta as necessidades estratégicas e é garantido, no essencial, o bom funcionamento dos serviços. O plano de formação integra as necessidades da organização e as propostas dos profissionais. Para colmatar as debilidades associadas à resposta externa, tem sido realizada alguma formação interna, com o recurso a profissionais do Agrupamento.

A gestão dos recursos materiais revela-se adequada e existem estratégias que garantem o acesso de todos aos bens do Agrupamento, pesem embora as limitações decorrentes da falta de espaços que obrigam ao desdobramento de horários. As questões da segurança estão salvaguardadas, embora existam debilidades no controlo das entradas e saídas da Escola-Sede.

A participação dos pais na vida do Agrupamento é garantida por um conjunto de medidas que se revelam adequadas. As Associações de Pais assumem uma atitude interventiva, particularmente através dos órgãos e estruturas onde têm representação legal. Os princípios da equidade e justiça estão presentes nos documentos organizativos, na acção dos responsáveis e são consensualmente reconhecidos por todos os membros da comunidade.

4. Liderança

BOM

Foram definidas linhas de desenvolvimento para a organização centradas no reforço do sucesso dos alunos nas vertentes académica e de cidadania, da gestão curricular e pedagógica, do envolvimento das famílias e da comunidade e da auto-avaliação. Porém a comunidade não está congregada em torno destes propósitos e o trabalho dos docentes não é enquadrado, de forma generalizada, por um plano de acção estruturado.

As lideranças conhecem as suas áreas de acção e revelam motivação. O pessoal não docente revela empenho no trabalho realizado.

O recurso a soluções inovadoras está associado a planos e programas nacionais e a iniciativas individuais ao nível dos grupos/turma, no processo de ensino-aprendizagem. Exemplo destas iniciativas individuais é o uso das tecnologias de informação e comunicação,

A rede de protocolos e projectos, celebrados pelo Agrupamento, constitui um recurso importante para a diversificação das respostas aos problemas e para a qualidade do serviço educativo que é prestado.

5. Capacidade de auto-regulação e melhoria do Agrupamento

SUFICIENTE

O Agrupamento desenvolve práticas de auto-avaliação consistentes no domínio dos resultados escolares, da execução do Plano de Actividades e da biblioteca escolar, com algum impacto na adopção de medidas para as áreas de menor sucesso.

Para as áreas do desempenho organizacional relativas à liderança, estratégia e política educativa escolares foram implementados mecanismos de auscultação a uma amostra significativa de membros da comunidade escolar. No entanto, do processo desenvolvido não resultou a identificação de pontos fortes e pontos fracos nem foram delineadas estratégias de consolidação e de melhoria para as áreas identificadas.

O conhecimento dos pontos fortes e fracos no domínio dos resultados e a implementação do processo já adoptado indiciam a vontade do Agrupamento se conhecer a sustentabilidade do seu futuro.

IV – AVALIAÇÃO POR FACTOR

1. Resultados

1.1 Sucesso académico

Na educação pré-escolar, estão previstos instrumentos comuns de registo (ficha de observação/avaliação e registos de avaliação descritiva por criança) e elaboram-se sínteses de avaliação formativa trimestrais. Os dados sobre as aprendizagens, que se comunicam aos pais e aos professores do 1.º ano, sobre os quais se reflecte, tem levado a algumas estratégias, mas carece de sistematização, para ser mais claramente perceptível o percurso e a evolução das aprendizagens. Apesar disso tem-se a percepção de que o desenvolvimento pessoal e social e a língua portuguesa (oralidade), ao nível das crianças de três anos, surgem como pontos fracos.

No 1.º ciclo, procede-se à análise dos resultados das avaliações trimestrais e finais, a nível de departamento e conselhos de ano, tendo sido possível identificar aspectos mais e menos positivos.

Nos 2.º e 3.º ciclos, efectua-se o tratamento estatístico dos níveis atribuídos na avaliação sumativa, por disciplina/turma/ano, elaboram-se quadros com o “histórico de níveis e menções de insucesso”, por disciplina/ano lectivo, e mapas globais dos resultados finais, por turma, sendo objecto de análise, a nível do Conselho Pedagógico, dos departamentos curriculares/*grupos disciplinares* e conselhos de turma. Os resultados das provas de aferição e exames nacionais a Língua Portuguesa e Matemática são tomados como primeiro indicador de sucesso e as taxas de retenção, como segundo indicador.

Em certos casos, alguns resultados da avaliação formativa são analisados a nível de *grupo disciplinar*/conselho de ano (p. ex., 1.º ciclo, História e Geografia de Portugal, Língua Portuguesa). Estas análises têm permitido identificar défices nas aprendizagens, áreas e disciplinas melhor e pior sucedidas (Estudo do Meio, Matemática, Inglês) e definir algumas estratégias de superação (ajustamentos nas planificações, avaliações comuns, procedimentos de articulação vertical, algum trabalho docente colaborativo, apoios a Língua Portuguesa, Matemática e Inglês, alguma partilha de materiais pedagógicos e Programa de Aquisições Básicas - Agora Sim, Ler e Escrever -, para alunos do 5.º ano sem as competências da leitura e da escrita).

As taxas de transição/conclusão do 1.º ciclo, no triénio 2007-2008 a 2009-2010 (92,3%, 92,4% e 95,4%), situam-se no global abaixo das nacionais (96,1%, 96,3% e 95,8%). Paralelamente, as taxas de sucesso nas provas de aferição (expressas em percentagens de classificações positivas de tipo A, B e C) a Língua Portuguesa (82,2%, 75,7% e 86,5%) ficaram bastante abaixo das respectivas médias nacionais (89,5%, 90,2% e 91,6%); a Matemática (90,0%, 63,6% e 86,0%) também ficaram abaixo das nacionais (90,8%, 88,1% e 88,9%), com destaque para 2008-2009. A qualidade de sucesso média, nas provas de aferição (percentagens de Bom e Muito Bom), foi a Língua Portuguesa de 33,6% e a Matemática de 36,6%, quando a nível nacional foi respectivamente de 41,6% e 47,8%. Atendendo a estes indicadores e à taxa de sucesso de 4,7% dos alunos do 2.º ano com planos de recuperação, pois somente quatro em 85 transitaram de ano, a situação no 1.º ciclo no triénio é muito insatisfatória, tendo em conta ainda o número de alunos relativamente aos demais ciclos.

No 2.º ciclo, as taxas de transição/conclusão no triénio (93,3%, 86,9% e 94,7%) oscilaram relativamente às médias nacionais (91,6%, 92,0% e 91,9%). Nas provas de aferição, as taxas de sucesso a Língua Portuguesa (95,7%, 79,9% e 91,8%) também oscilaram relativamente às nacionais (93,4%, 88,4% e 88,4%). Em Matemática, as taxas de sucesso (87,6%, 70,3% e 73,5%) ficaram acima da respectiva média nacional, em 2007-2008, e abaixo nos dois últimos anos (81,8%, 78,7% e 77,0%). A qualidade de sucesso média no triénio nas provas de aferição foi a Língua Portuguesa de 30,8% e a Matemática de 24,6%, quando a nível nacional foi respectivamente de 35,0% e 29,9%.

As taxas de sucesso dos alunos com percursos curriculares alternativos (100%, 78,1% e 57,1%) evidenciam um acentuado decréscimo.

No 3.º ciclo, as taxas de transição/conclusão (93,5%, 90,4% e 92,4%) situaram-se acima das médias nacionais (85,3%, 85,1% e 85,2%). As taxas de sucesso, no exame nacional do 9.º ano (expressas em percentagens de classificações de nível três, quatro e cinco) a Língua Portuguesa (88,3%, 67,3% e 82,8%) oscilaram relativamente às nacionais (84,0%, 71,6% e 72,4%), tendo-se situado acima, excepto em 2008-2009; a Matemática (78,1%, 76,4% e 41,4%), situaram-se acima das médias nacionais, excepto no último ano, (57,0%, 65,9% e 53,5%). Em 2009-2010, as taxas de sucesso nos exames situaram-se abaixo das taxas de sucesso

internas (Língua Portuguesa 100%; Matemática, 80,6%), sendo a diferença bastante significativa (39,2%) na disciplina de Matemática. A qualidade de sucesso média no triénio nos exames (percentagem de classificações de nível quatro e cinco) foi a Língua Portuguesa de 21,2% e a Matemática de 34,7%, quando a nível nacional foi respectivamente de 28,4% e 29,7%.

As taxas de sucesso dos alunos com planos de recuperação (66,6%, 63,3% e 66,7%) e de acompanhamento (98,3%, 90,7% e 83,4%) revelam-se insatisfatórias no primeiro caso e com tendência decrescente, no segundo. Os alunos com necessidades educativas especiais apresentam uma taxa de transição média trienal simples de 85,9%.

As taxas de desistência e abandono escolar (0,0%, no 1.º ciclo, 0,7% no 2.º ciclo e 0,3% no 3.º ciclo) são residuais.

1.2 Participação e desenvolvimento cívico

Os alunos não estiveram representados nas equipas de elaboração dos documentos organizativos. São solicitados a participar nas diversas actividades e iniciativas, a apresentar propostas e a emitir opinião em diferentes contextos (p. ex., em sede da Área de Projecto, Desporto Escolar, clubes, visitas de estudo, medidas correctivas), prevalecendo a auscultação informal, no âmbito da direcção de turma. Têm conhecimento das regras e dos deveres escolares inerentes ao Regulamento Interno, pois são abordados em Formação Cívica e em sede da elaboração dos regulamentos das turmas, referem-se vagamente a algumas actividades do Plano Anual, mas desconhecem o Projecto Educativo.

Neste ano lectivo, o Director ainda não reuniu com os delegados de turma, nem teve lugar nenhuma assembleia de delegados. Não está constituída a associação de estudantes.

A participação dos demais elementos da comunidade educativa não é muito expressiva. Passa pelo envolvimento nas reuniões (p. ex., de docentes, não docentes e pais), pela apresentação de algumas propostas e contributos (p. ex., sobre documentos estruturantes, acções de formação, projectos, resposta a inquéritos) e por algumas actividades.

A adequada relevância que a educação para a cidadania tem na organização pedagógica (Projecto Educativo e Plano Anual de Actividades) traduz-se, sobretudo, em algumas acções de solidariedade (p. ex., Marcha Solidária, “Dez Milhões de Estrelas”, cabazes de Natal, recolha de alimentos, roupas, brinquedos, livros, “recolha de tampas”) em prol de situações de carência e desfavorecimento, na perspectiva de uma educação para a cidadania plena e responsável.

As reuniões dos directores de turma com os alunos, no início do ano, o envolvimento na protecção e melhoria das instalações escolares, a qualificação do Laboratório de Matemática, a construção do mural, e a participação em actividades diversas (p. ex., de Desporto Escolar, Formação Cívica, visita à Escola-Sede e outras) geram mais integração e estimulam o sentido de pertença à comunidade escolar.

1.3 Comportamento e disciplina

A organização dos comportamentos, em função das regras e dos deveres, ocorre de modo mais ou menos explícito e com consistências muito diversas, no decurso da actividade do quotidiano, desde a educação pré-escolar até ao 9.º ano, com destaque para o desenvolvimento da Formação Cívica, revelando os alunos conhecer, no essencial, os códigos de conduta. O Regulamento Interno pode ser consultado no Agrupamento e na respectiva página Web, embora não tenha sido disponibilizado de forma atempada aos pais, neste ano.

A frequência de comportamentos desviantes e anti-escolares na Escola-Sede, que se traduzem em casos de indisciplina (p. ex., agressão física, ofensas verbais), levou à constituição, no ano anterior, do *Observatório da Qualidade da Disciplina* (que integra, entre outros, o Director, o professor interlocutor da Comissão de Protecção de Crianças e Jovens e o presidente da Associação de Pais e Encarregados de Educação), à criação de tutorias, ao contrato de cumprimento de deveres, a uma atitude mais vigilante, prevendo-se também formação para promover competências sociais e comportamentais, actuando-se na prevenção, mas também no acompanhamento e monitorização. Porém, subsiste ainda uma certa incapacidade de actuação concertada dos docentes, uma certa perturbação das aulas, que dificulta o trabalho normal, e algumas situações vistas como desresponsabilizantes. No ano lectivo passado foram instaurados 27 processos disciplinares, envolvendo 17 alunos.

A preocupação com o ambiente educativo é transversal à organização pedagógica e ao desenvolvimento das actividades, tendo enfoque especial nalgumas acções, e está reflectida nos critérios de avaliação.

1.4 Valorização e impacto das aprendizagens

Os directores de turma aplicam questionários de modo a identificar as expectativas dos alunos face à escola, as quais, em articulação com o perfil de desempenho académico, ajudam ao encaminhamento para soluções curriculares diversas (p. ex., curso de educação e formação em Serviço de Mesa e Bar e percursos curriculares alternativos), contribuindo para a redução do abandono, mas para este propósito não é perceptível a articulação com outras escolas nem a ligação às necessidades locais (p. ex., empresariais). A gestão das expectativas está confiada sobretudo às direcções de turma.

Para lá das várias actividades de enriquecimento curricular (p. ex., exposições, concursos, algumas festas, dentro e fora dos espaços escolares, dois blogues), com alguma expressão no Plano Anual, e outras iniciativas (p. ex., cerca de uma dezena de blogues de docentes/disciplinas, festa da música, inquéritos de satisfação), que se destinam a valorizar os trabalhos e sucessos escolares, colocando-os em evidência, não existem opções de fundo específicas para elevar a satisfação e as expectativas face à escola. Excepção é a instituição do *Quadro de Mérito e Excelência* (com os graus de ouro, prata e bronze), no ano lectivo 2009-2010, para distinguir o esforço e o mérito escolares. No que respeita às exposições previstas no Plano Anual de Actividades, a educação pré-escolar não está contemplada, e o 1.º ciclo tem pouca expressão.

A comunidade valoriza o trabalho dos docentes, sobretudo pelo apoio e acompanhamento próximos dos alunos, mas é reconhecido que os níveis de exigência e as competências adquiridas são inferiores, relativamente a outras escolas do meio, tendo em conta as percepções existentes.

2. Prestação do serviço educativo

2.1 Articulação e sequencialidade

A articulação curricular é assegurada sobretudo através de algumas actividades de enriquecimento curricular, a nível interdisciplinar/interdepartamental (p. ex., visitas de estudo, exposições, festas (Natal, Páscoa), Feira do Livro, Comemoração do Centenário da República, Um Olhar Sobre os Nossos Heróis), alguns projectos (Plano Nacional de Leitura, Livros Digitais, “Ler Mais Para Saber Mais”, O Planeta Mágico Na Escola, Ano Internacional da Floresta) e alguns procedimentos de avaliação comuns (testes e matrizes). Ocorrem reuniões para possibilitar alguma articulação curricular, coordenação pedagógica e trabalho cooperativo (p. ex., para transmissão da avaliação na educação pré-escolar aos professores do 1.º ano, para definir eventuais ligações entre ciclos, ao nível dos conteúdos; para planificar, preparar materiais pedagógicos e efectuar balanços do trabalho desenvolvido). A programação das actividades experimentais em conjunto (p. ex., no 2.º ciclo), a indicação de destinar às ciências metade do horário de Estudo do Meio, no 1.º ciclo, e a monitorização da prática experimental, por parte do Director, através de relatório de final de ano, induzem também alguns mecanismos de articulação.

Além da articulação que decorre da continuidade pedagógica e de algumas situações mais consistentes e aprofundadas (p. ex., Plano de Acção Para a Matemática, preparações conjuntas no 2.º ciclo a Ciências da Natureza), a articulação de conteúdos e competências é insuficiente, pois limita-se à gestão de alguns conteúdos comuns entre disciplinas e ciclos, levando a ajustes temporais, na respectiva leccionação (p. ex., EVT e Matemática, Língua Portuguesa e Inglês, CEF e TIC, Geografia e Educação Física, Ciências Naturais e Geologia).

As metas quantificadas, por disciplina e ano, que foram definidas, tendo por referência as metas de ciclo estabelecidas no Programa Educação 2015, do Ministério da Educação, implicam e orientam os profissionais para o sucesso escolar.

O Agrupamento não dispõe de Serviço de Psicologia e Orientação. Uma psicóloga da Cooperativa para a Educação de Crianças Inadaptadas de Estarreja (CERCIESTA), no âmbito de um protocolo, que não prevê orientação escolar e profissional, desenvolve a tempo parcial acompanhamento psicológico desde a educação pré-escolar até ao 9.º ano, em articulação com as famílias e docentes, avaliação técnico-pedagógica por referência à Classificação Internacional de Funcionalidade, competências sociais e cognitivas e alguma

formação (p. ex., de docentes e não docentes). O Centro de Saúde de Estarreja, através do Gabinete do Adolescente, presta apoio, acompanhando alunos individualmente, indicados por docentes (via médico de família), e promovendo sessões de esclarecimento, integradas no currículo escolar.

2.2 Acompanhamento da prática lectiva em sala de aula

Não tem lugar a observação de aulas, enquanto estratégia de melhoria da prática lectiva e de desenvolvimento profissional. Há um acompanhamento indirecto da actividade lectiva, apesar de tudo de consistência muito desigual conforme os grupos de recrutamento, através da gestão das planificações pedagógicas, partilha de materiais e da informação, da preparação de aulas, instrumentos de avaliação e matrizes de correcção comuns (do 1.º ao 9.º ano), monitorização das aulas experimentais, do cumprimento dos programas e da análise dos resultados. Na educação pré-escolar e no 1.º ciclo, verifica-se alguma supervisão pedagógica ao nível da prática lectiva, que não se traduz em observação de aulas, mas decorre dos contactos com o trabalho que as crianças e alunos desenvolvem. Em casos pontuais, verifica-se a observação de aulas entre pares (p. ex., docência coadjuvada). Sempre que existem dificuldades de desempenho, a direcção, com os delegados de disciplina, intervém no sentido de as superar.

A aplicação de instrumentos de avaliação comuns, desde o 1.º ano, incluindo os testes intermédios no 9.º ano, permite uma melhor comparabilidade dos resultados, os quais são analisados pelos docentes e grupos disciplinares/ano, detectando-se eventuais desvios e reorientando-se o ensino-aprendizagem. Os resultados das turmas e os resultados globais são monitorizados, trimestralmente, dando especial atenção aos níveis inferiores a três, para compreensão das causas do insucesso e levar à adopção de medidas.

Com o *Observatório da Qualidade do Ensino e da Aprendizagem*, em fase inicial, pretende-se uma monitorização dos resultados mais enquadrada e consistente, prevendo-se incluir as práticas lectivas nos planos de melhoria.

2.3 Diferenciação e apoios

Referenciadas as crianças e alunos, os docentes de educação especial e psicóloga da CERCIESTA desenvolvem adequadamente o processo de avaliação, determinando ou não a existência de necessidades educativas especiais. As medidas educativas definidas e aplicadas mais comuns, de forma devidamente articulada entre docentes titulares/directores de turma e pais, são os currículos específicos individuais (neste ano, em número de 23) o apoio pedagógico personalizado, as adequações curriculares e adequações no processo de avaliação, as quais se têm revelado bastante adequadas, tendo em conta as taxas de transição.

As dificuldades, e as capacidades excepcionais de aprendizagem (um plano de desenvolvimento, no 1.º ciclo) determinam a organização de apoios educativos, com destaque para Língua Portuguesa (incluindo competências básicas de leitura e escrita, no 5.º ano), Matemática e Inglês, que no essencial se resumem à pedagogia diferenciada, a tempos suplementares de ensino e aprendizagem (para actividades de compensação e recuperação), à afectação específica do Estudo Acompanhado e ao desenvolvimento de competências sociais e cognitivas. A diversificação da oferta curricular e formativa também deriva da necessidade de diferenciação.

Dependendo da natureza das medidas de apoio, os dispositivos de acompanhamento e avaliação adquirem carácter específico (p. ex., ficha de avaliação das medidas educativas especiais) ou reconduzem-se aos procedimentos comuns no âmbito do trabalho dos docentes e dos conselhos de ano/turma, sendo a qualidade aferida, no caso dos currículos específicos individuais, por referência ao definido nos documentos internos, nos demais casos às competências para cada ano/ciclo.

2.4 Abrangência do currículo e valorização dos saberes e da aprendizagem

A organização do Plano Anual de Actividades, não evidenciando uma relação clara de coerência com os princípios que enquadram a acção pedagógica, acaba por reflectir a abrangência pretendida para o currículo. Contempla as actividades curriculares, incluindo os percursos curriculares alternativos, de complemento e de enriquecimento e as actividades de integração, com a ressalva de se poder/dever acrescentar as actividades inerentes ao curso de educação e formação, tornando-se claro que as componentes activas, culturais, sociais e artísticas estão sobretudo associadas às actividades de complemento e enriquecimento curricular (oficinas, número significativo de visitas de estudo, espectáculos, como a festa de encerramento do ano lectivo, exposições, actividades desportivas, clubes, mais de uma dezena de projectos, concursos) e às componentes

mais práticas da oferta curricular e formativa. Assim resulta uma maior abrangência curricular, mercê do alargamento dos contextos das aprendizagens e vivências cognitivas, os quais, valorizando os saberes práticos, conformam-se com os interesses diversos, acabando por ter reflexos na prevenção do abandono escolar.

A oferta curricular e formativa existente (turma de percursos curriculares alternativos, e curso de educação e formação em Serviço de Mesa e bar) responde a alguns interesses e necessidades dos alunos, mas não decorreu da articulação com outras escolas nem com as necessidades do meio.

As actividades práticas e experimentais, que os docentes programam e realizam, têm já um certo enquadramento, tendo em conta as orientações existentes, neste particular, e algumas preparações conjuntas, de forma a acautelar esta valência curricular.

A valorização do conhecimento e da aprendizagem contínua assenta na gestão da auto-estima, a partir sobretudo do reconhecimento do mérito e do destaque dado aos trabalhos escolares através de exposições, que não suporta só por si a ideia de uma cultura escolar de exigência e de prestação de contas por parte dos alunos.

Com algumas excepções, não se tira o devido partido da utilização das tecnologias de informação e comunicação.

3. Organização e gestão escolar

3.1 Concepção, planeamento e desenvolvimento da actividade

O Projecto Educativo foi elaborado para o triénio 2009-2010 a 2011-2012 sob o lema *Formar (todos) para o sucesso – Educar (todos) para uma cidadania Plena e Responsável*. Define princípios orientadores da acção pedagógica, finalidades e vectores estratégicos de desenvolvimento do currículo e metas de curto e médio prazo. Aponta ainda os constrangimentos que se colocam à acção educativa do Agrupamento, embora não seja visível qualquer ligação entre o diagnóstico realizado e as conclusões do processo de auto-avaliação implementado. A quantificação das metas de sucesso e as orientações relativas ao desenvolvimento do currículo e à avaliação das aprendizagens dos alunos encontram-se expressas no Projecto Curricular do Agrupamento que estabelece, também, os critérios para a constituição das turmas e para a elaboração dos horários. O Plano Anual de Actividades enumera um conjunto de propostas de âmbito curricular, de enriquecimento curricular e de ocupação plena dos tempos escolares da iniciativa dos diversos departamentos e equipas docentes, orientadas para os objectivos consagrados no Projecto Educativo. Apesar de constituir uma preocupação dos responsáveis escolares (em particular do Conselho Geral), a articulação entre os documentos estruturantes ainda não se encontra completamente conseguida. Por outro lado, apesar de divulgados e acessíveis a toda a comunidade, a dimensão que comportam (decorrente, em parte, da sobreposição dos aspectos abordados e da transcrição dos normativos legais) reduz-lhes valor instrumental.

O ano lectivo é planeado pela direcção em colaboração com os responsáveis das diferentes estruturas de coordenação educativa e supervisão pedagógica e com o contributo da Câmara Municipal de Estarreja e de algumas instituições e empresas. Na recepção aos alunos e na realização das reuniões do início do ano com os encarregados de educação é particularmente importante o papel dos directores de turma, sendo vista como negativa (por parte de alguns encarregados de educação) a ausência nessas reuniões de elementos da direcção.

Para o bom funcionamento do ano lectivo concorre a acção dos coordenadores de departamento e de directores de turma na articulação do trabalho entre os docentes, particularmente no que se refere à ligação com os encarregados de educação, à elaboração e execução dos projectos curriculares de grupo/turma e aos procedimentos relativos à avaliação das crianças e dos alunos.

A frequência pelos alunos das actividades oferecidas no âmbito do enriquecimento curricular é facilitada pela sua articulação com as actividades lectivas e com os horários dos transportes. As áreas curriculares não disciplinares foram objecto de programação adequada, em obediência a critérios previamente estabelecidos.

3.2 Gestão dos recursos humanos

A direcção conhece as competências pessoais e profissionais dos recursos humanos e, em função das necessidades estratégicas do Agrupamento, tem-nas em conta na sua gestão. A afectação do serviço docente

obedece a critérios inscritos nos documentos orientadores, salvaguarda o princípio da continuidade pedagógica e tem em consideração o perfil individual para o desempenho de cargos de coordenação e de direcção de turma.

A gestão do pessoal não docente tem em conta o princípio da rotatividade (excepto papelaria e reprografia), procura garantir o bom funcionamento dos serviços e o apoio às actividades pedagógicas e atende, sempre que possível, às propostas individuais dos assistentes.

Os Serviços Administrativos estão organizados por gestão de processos, realizam o atendimento ao balcão e respondem eficazmente às solicitações dos utentes.

O Agrupamento possui um plano de formação construído pelo Director, está dirigido às necessidades da organização e integra as propostas dos departamentos e do pessoal não docente. A sua concretização depende das respostas oferecidas pelo centro de formação da área do Agrupamento. Os docentes são incentivados a realizar as acções promovidas no âmbito do Programa Nacional de Ensino do Português e do Programa de Formação em Ensino Experimental das Ciências. Para responder às necessidades identificadas pelo pessoal não docente tem sido realizada formação interna na área das relações interpessoais (orientada por um psicólogo) e sobre crianças com deficiência.

3.3 Gestão dos recursos materiais e financeiros

Os espaços e equipamentos são geridos de forma adequada e, em geral, apresentam boas condições em todas as unidades educativas do Agrupamento. Os jardins-de-infância e as escolas do 1.º ciclo possuem acesso à Internet. Na Escola-Sede, esta ferramenta só está disponível no bloco administrativo.

Os recursos existentes são disponibilizados a todas as escolas e jardins-de-infância, mediante requisição, e embora estas disponham de pequenas bibliotecas, o plano de acção da biblioteca da Escola-Sede contempla iniciativas direccionadas às crianças e alunos das restantes unidades educativas do Agrupamento. Uma vez por ano, todas visitam a Escola-Sede e utilizam a sala de música, o ginásio, a cantina, os laboratórios e a biblioteca.

Estão salvaguardados mecanismos de segurança relativos às entradas e saídas dos alunos, à vigilância dos espaços e à existência de planos de emergência, embora a existência de turmas do 1.º ciclo e da educação pré-escolar na Escola-Sede condicione (na perspectiva dos encarregados de educação) a eficácia do uso do cartão electrónico.

O Agrupamento revela capacidade de gerar receitas próprias, aplicadas, maioritariamente, e de acordo com as linhas orientadoras do orçamento aprovadas no Conselho Geral, em obras de manutenção, na aquisição de materiais para a actividade física e desportiva e na reorganização da sala TIC.

3.4 Participação dos pais e outros elementos da comunidade educativa

A participação e o envolvimento dos pais na vida escolar dos alunos integram os objectivos estratégicos do Agrupamento. Nas reuniões de início do ano lectivo são dados a conhecer os documentos estruturantes, divulgados os critérios de avaliação e os aspectos relevantes da organização escolar.

A flexibilidade dos horários de atendimento e a marcação de reuniões em horário pós-laboral são estratégias utilizadas para elevar os níveis de participação dos encarregados de educação. Nestes contactos, são informados sobre o comportamento e as aprendizagens dos alunos e, em algumas situações, acerca do modo como os devem motivar e acompanhar em casa.

Na comunicação com as famílias diversificam-se os meios utilizados: a caderneta escolar, o correio, o telefone, o e-mail, os blogues e, em alguns casos, o telemóvel.

Para além da participação nos conselhos de turma, a intervenção dos pais concretiza-se através das respectivas associações, representadas no Conselho Geral e no Conselho Pedagógico, e com uma acção interventiva na revisão dos documentos estruturantes, na procura de soluções para as questões da disciplina, no controlo da qualidade dos serviços (p. ex., algumas cantinas do 1.º ciclo).

Para o desenvolvimento dos planos de acção do Agrupamento concorrem ainda instituições e empresas da região com as quais são estabelecidos protocolos e parcerias, nomeadamente para a realização das actividades de enriquecimento curricular, realização de estágios, bem como de programas de inserção na vida pós-escolar.

3.5 Equidade e justiça

A igualdade de oportunidade e a discriminação positiva estão inscritas no Projecto Educativo como princípios orientadores da acção pedagógica. Estão previstos critérios para a elaboração dos horários e para a constituição de turmas e são divulgados os critérios de avaliação. A diversificação da oferta formativa, os apoios disponibilizados nas disciplinas de menor sucesso e o acesso de todos os alunos aos clubes e às actividades de enriquecimento curricular são medidas que concorrem, igualmente, para os princípios da equidade e justiça, reconhecidos genericamente por toda a comunidade escolar.

4. Liderança

4.1 Visão e estratégia

O Projecto Educativo estabelece vectores estratégicos, em torno dos quais se pretende estruturar a acção do Agrupamento, e define metas de curto e médio prazo para cinco domínios-chave (resultados escolares, cidadania, gestão curricular e organização pedagógica, relação entre a escola, a família e a comunidade e avaliação interna). São ainda definidos objectivos, acções a desenvolver e indicadores de avaliação para cada um deles. No entanto, não se verifica a apropriação destes desígnios (apelidados como sendo um projecto de continuidade) por parte da generalidade do corpo docente, nem os mesmos têm reflexo na imagem que o Agrupamento possui no meio, resultando esta, em parte, dos resultados académicos e da comparação que se estabelece com a escola secundária local.

4.2 Motivação e empenho

O Director e a sua equipa tentam mobilizar a comunidade escolar, através de uma atitude dialogante. Têm conhecimento da sua área de acção e praticam uma gestão que procura o comprometimento e a responsabilidade das diferentes estruturas do Agrupamento. Promove uma cultura de articulação e de trabalho colaborativo entre os docentes dos diferentes ciclos de ensino no sentido de concretizar as intenções plasmadas nos documentos orientadores. Os directores de turma, supervisionados pelos respectivos coordenadores, desempenham um papel importante na dinamização das actividades da turma, no acompanhamento dos alunos e no envolvimento dos encarregados de educação no processo educativo dos seus educandos.

Os funcionários não docentes compreendem as funções que desempenham, valorizam o razoável clima de trabalho existente e sentem-se satisfeitos e motivados.

O Conselho Geral revela uma acção interventiva e actuante: procedeu à análise e aprovação dos documentos organizativos tendo proposto alterações (de estrutura e de conteúdo) ao Regulamento Interno, no sentido de o simplificar para agilizar a sua consulta, ao Plano Anual de Actividades, no sentido de o tornar coerente com as metas definidas no Projecto Educativo e de incluir a Intervenção Precoce no Projecto Educativo; aprovou as linhas orientadoras para a elaboração do orçamento e as contas de gerência. Foram ainda analisados neste órgão alguns aspectos relativos ao comportamento dos alunos, em particular da comunidade cigana, com implicações no ambiente educativo e nos resultados escolares.

4.3 Abertura à inovação

As práticas inovadoras levadas a cabo pelo Agrupamento estão ligadas, no essencial, à adesão a programas de âmbito nacional de que são exemplo o Plano de Acção para a Matemática, a formação realizada em Ensino Experimental das Ciências no 1.º ciclo e no Programa Nacional de Ensino do Português que permitem o enriquecimento dos currículos, o desenvolvimento de novas competências e a melhoria do desempenho profissional. São ainda sinais de inovação a utilização generalizada do correio electrónico para agilizar a comunicação, a utilização, por alguns docentes, dos quadros interactivos e a criação de blogues em algumas turmas e grupos do 1.º ciclo e da educação pré-escolar.

4.4 Parcerias, protocolos e projectos

No sentido de prestar um melhor serviço educativo, o Agrupamento desenvolve iniciativas conjuntas com parceiros da comunidade, importantes para o desenvolvimento dos seus planos de acção: com a Câmara Municipal de Estarreja, na disponibilização de transportes, nas actividades de animação e apoio à família e nas actividades de enriquecimento curricular; com a CERCIESTA e com empresas e instituições locais na inserção dos alunos com Plano Individual de Transição; com a PACOPAR (Painel Comunitário para a Actuação Responsável) no apoio financeiro a projectos ligados à actividade experimental (através do Programa Ciência Viva); com o Centro de Saúde na concretização do Programa de Educação Sexual, no apoio aos alunos e na equipa de intervenção precoce; com a Universidade de Aveiro (através da Câmara Municipal) na implementação das actividades de enriquecimento curricular.

5. Capacidade de auto-regulação e melhoria do Agrupamento

5.1 Auto-avaliação

O Agrupamento desenvolve práticas regulares e sistemáticas de avaliação no domínio dos resultados académicos, da execução do Plano Anual de Actividades e do trabalho realizado pela biblioteca. Estes procedimentos têm permitido identificar fragilidades, sobretudo ao nível do desempenho escolar dos alunos, e accionar estratégias de melhoria no sentido de as superar.

Em 2008, por iniciativa do Director, foi criada uma equipa de auto-avaliação constituída exclusivamente por docentes que, apoiada nos instrumentos do Instituto Nacional de Administração Pública aplicou inquéritos de satisfação a alunos, pais, docentes e não docentes sobre três domínios de desempenho da organização: liderança, estratégia e política da escola. Os resultados foram compilados e divulgados na página do Agrupamento na Internet. O relatório não identifica, de forma clara, pontos fortes e pontos fracos, nem foram delineadas estratégias que permitam consolidar os aspectos positivos ou melhorar os negativos.

5.2 Sustentabilidade do progresso

O Agrupamento revelou algum conhecimento dos seus pontos fracos e fortes, com particular incidência no domínio dos resultados. No entanto, verifica-se bastante falta de eficácia das estratégias de consolidação e melhoria, e é insuficiente o aproveitamento das oportunidades e aspectos positivos.

Embora ainda falte a consolidação e alargamento da prática de auto-avaliação, o Agrupamento indicia, pelos mecanismos já desenvolvidos, uma procura de sustentabilidade no seu progresso.

V – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste capítulo, apresenta-se uma selecção dos atributos do **Agrupamento de Escolas de Estarreja** (pontos fortes e fracos) e das condições de desenvolvimento da sua actividade (oportunidades e constrangimentos). A equipa de avaliação externa entende que esta selecção identifica os aspectos estratégicos que caracterizam o Agrupamento e define as áreas onde devem incidir os seus esforços de melhoria.

Entende-se aqui por:

- **Pontos fortes** – atributos da organização que ajudam a alcançar os seus objectivos;
- **Pontos fracos** – atributos da organização que prejudicam o cumprimento dos seus objectivos;
- **Oportunidades** – condições ou possibilidades externas à organização que poderão favorecer o cumprimento dos seus objectivos;
- **Constrangimentos** – condições ou possibilidades externas à organização que poderão ameaçar o cumprimento dos seus objectivos.

Os tópicos aqui identificados foram objecto de uma abordagem mais detalhada ao longo deste relatório.

Pontos fortes

- Taxas de transição/conclusão, no 3.º ciclo, superiores às médias nacionais no último triénio;
- Taxas de sucesso nos exames nacionais do 9.º ano, na disciplina de Língua Portuguesa, em 2009-2010;
- Trabalho de avaliação das necessidades educativas especiais e apoios proporcionados (educativos, do âmbito da psicologia e outros) por parte dos profissionais, com impacto nos resultados escolares e na integração;
- Equidade e justiça, independentemente das condições económica, social e das capacidades de aprendizagem.

Pontos fracos

- Taxas de transição/conclusão no 1.º ciclo, inferiores às médias nacionais no último triénio;
- Taxas de sucesso dos alunos do 2.º ano com planos de recuperação;
- Taxas de sucesso nas provas de aferição do 4.º ano, no último triénio, inferiores às médias nacionais;
- Desempenho dos alunos dos 2.º e 3.º ciclos, a Matemática, na avaliação externa, no último ano, inferior às médias nacionais;
- Insuficiente articulação de conteúdos e competências, entre disciplinas e ciclos;
- Fragilidade do processo de auto-avaliação, que não identifica de forma clara pontos fortes e fracos e estratégias de melhoria para as áreas avaliadas.

Oportunidades

- Construção de novos espaços escolares, adjacentes à Escola-Sede, permitindo responder às necessidades da educação pré-escolar e 1.º ciclo devendo proporcionar melhores condições de prestação do serviço educativo, com a diminuição dos efeitos da dispersão geográfica;
- Colaboração com instituições do ensino superior para apoiar o processo de auto-avaliação.

Constrangimentos

- Insuficiência de instalações na Escola-Sede, que não permite o desenvolvimento dos horários sem alguns constrangimentos;
- Inexistência de Internet nos diferentes espaços educativos da Escola-Sede;
- Inexistência de espaços de recreio cobertos, necessários sobretudo em condições de mau tempo, na Escola-Sede.